

Cleci Eulalia Favaro

De Bairro Lusitano a Zona Tronca: a presença dos portugueses em Caxias do Sul (1911 - 1931)

R E S U M O

A proposta deste estudo é a de resgatar, do interior do processo histórico de Caxias do Sul, a presença de uma comunidade de origem lusa, composta majoritariamente por operários profissionais da tanoagem, além de seus familiares.

Atraídos ainda nos primeiros anos do século XX, diante da ascensão econômica do setor vitivinícola, mantiveram durante algum tempo - dada sua habilidade técnica, experiência profissional e organização classista - a liderança sobre o operariado local. A introdução progressiva de tecnologia no processo produtivo, acompanhada de uma legislação destinada a proteger o capital, teve como efeito desarticular o grupo dos tanoeiros tradicionais e, com eles, sua expressão social, o Bairro Lusitano.

1. A ECONOMIA DA TANOAGEM

1.1. Vitivinicultura e Imigração

A introdução da cultura da uva e a conseqüente fabricação do vinho, no Rio Grande do Sul, foi efetivada pelos açorianos ainda no período colonial, em Pelotas e Rio Grande¹. Entretanto, era uma produção reduzida, para consumo doméstico.

A chegada dos imigrantes alemães, no primeiro quartel do século XIX, seguida da experiência de plantio de variedades de videiras rústicas de origem californiana, permitiu que também nos arredores de Porto Alegre fosse fabricado vinho, ainda em pequenas proporções. Até a década de 1880 eram os alemães os principais produtores da Província, ocupando áreas que se estendiam desde as proximidades da capital até a Encosta da Serra.²

Não é objetivo deste trabalho levantar o processo de imigração e ocupação dos lotes coloniais da Região Colonial Italiana (a partir de agora identificada pela sigla RCI) no Estado³, desde 1875.

Cabe, no entanto, destacar que a formação de uma produção camponesa na região resultou de uma política de povoamento que visava a ocupar os espaços vazios deixados pela grande propriedade, interligando a Região Sul com a Região Sudeste.⁴

Entretanto, para que a região se desenvolvesse, algumas condições básicas estavam ausentes nos primeiros tempos da ocupação territorial, seja no que se refere ao acesso aos centros urbanos já organizados, como Porto Alegre e São Leopoldo (dada a carência de estradas), seja pela presença, nas áreas mais planas, de comunidades de origem ger-

* Universidade do Vale do Rio dos Sinos - Unisinos. São Leopoldo, Rio Grande do Sul, Brasil. Professora Titular.

¹ PELLANDA, 1950: 53.

² ROCHE, 1969: 270.

³ Uma vasta bibliografia sobre o assunto, a partir de variadas interpretações, cobre quase todos os aspectos do movimento migratório e colonizador da chamada RCI. Ver, a título de sugestão, em COSTA; MARCON, 1989.

⁴ SANTOS, 1980: 136.

mânica, cujo circuito local e regional de comércio já era controlado pelas chamadas “casas alemãs”, subordinando desde logo a produção colonial dos recém-chegados ao capital comercial nas mãos dos atacadistas alemães ou de seus descendentes.⁵

Por outro lado, a própria situação geográfica da região, montanhosa e ainda coberta de florestas, vinha a sofrer a concorrência da policultura dos vales, mais férteis e produtivos, além da distância em que se encontrava em relação à capital, o grande centro consumidor da Província.⁶

Trazendo da Europa bacelos que não se adaptaram às condições climáticas da região, os colonos proveniente da península Itálica buscaram nas variedades menos nobres a substituição das castas européias⁷, com vistas a superar as condições de concorrência da produção agrícola alemã, diversificada e mercantilizada, tendendo, portanto, à especialização de um único produto, o vinho.⁸ As primeiras safras eram colhidas já em 1878. Diante dos resultados promissores, o governo estadual⁹, em 1898 e 1899, fazia distribuir entre os colonos grandes quantidades de bacelos importados; a medida visava atingir um duplo objetivo: de um lado, a busca de alternativas econômicas, diante da crise da pecuária; de outro, a ambição de cooptar para o Partido Republicano Rio-Grandense (PRR) parcelas significativas do colonato, com vistas a ampliar suas bases de apoio político.

À medida que a produção vitivinícola aumentava, o problema do acondicionamento do vinho tornava-se maior. Inicialmente uma vinificação caseira, com técnicas rudimentares de produção e voltada para o consumo familiar, atingia gradativamente um volume que forçava a estocagem e a comercialização do produto.

Entretanto, a atividade mercantil na região mantinha-se, como já sublinhado, em mãos dos negociantes de origem germânica: transferi-la implicava a ampliação e melhoria das condições de armazenamento de toda a produção colonial - especialmente do vinho - através da instalação de estabelecimentos de maior porte, no caso em estudo, das cantinas-tanoarias.

Simultaneamente, a demanda de vasilhame adequado, visando o transporte do vinho até os centros consumidores, seja Porto Alegre, São Paulo ou Rio de Janeiro, abria espaço para uma nova atividade econômica no interior do setor vitivinícola: a tanoagem.

1.2. A Mão-de-Obra

Em Relatório encaminhado ao Presidente da Província pelo Engenheiro Manoel Barata Góes, então Diretor da Colônia Caxias,¹⁰ ao Presidente da Província, em 24 de Fevereiro de 1884, referindo-se à produção colonial do ano anterior, lê-se que o cultivo da uva produzira 5 mil pipas de vinho (com capacidade para 480 litros) e que três tanoarias estavam procurando atender a demanda do mercado: a de Rafael Buratto, a de Agostinho Barsotti e a de Giácomo Mosele.¹¹

⁵ SANTOS, 1980: 138.

⁶ SANTOS, 1980: 136.

⁷ PÉBAYLE, 1973: 53.

⁸ SANTOS, 1980: 74.

⁹ Veja-se que em 1889 foi instalada uma República Feredativa no Brasil, sendo as antigas províncias denominadas de estados a partir daquela data.

¹⁰ As outras áreas onde foram instalados os recém-imigrados provenientes da Itália eram denominadas de Colônia Conde d'Eu e Princesa Isabel.

¹¹ ADAMI, s.d.: 11-12.

Faz-se necessário salientar que os titulares eram, simultaneamente, proprietários rurais, produtores de vinho e comerciantes, envolvidos, portanto, em todas as etapas do processo produtivo.

As medidas governamentais e a atuação, já nos primeiros anos do século XX, desses “fabricantes-comerciantes”¹², promoviam a ascensão do setor, paralelamente à projeção política das lideranças econômicas regionais.

Diante do aumento do volume das exportações e da necessidade de restaurar o vasilhame, refazer aduelas, consertar arcos, substituir fundos e mesmo fabricar recipientes novos, foram contratados dois tanoeiros portugueses em Porto Alegre. Em breve sua produção, feita em moldes artesanais, já não atendia à demanda, fator que motivou o chamado e a imigração de trabalhadores de origem lusa, oriundos da região do Douro, tradicional produtora de vinhos de castas finas:¹³

*Por volta de 1910, 1911, começou daqui, aqueles portugueses escassos que havia por aqui, a chamar os outros, por carta. Então, diziam, aqui é assim, assim, a firma está inte-ressada em contratar tanoeiros, de preferência portugueses, da zona onde se cultiva muito a videira. Então vieram vindo, uma batalada deles.*¹⁴

Chegando em 1911, a primeira leva imigrante¹⁵ iniciava de imediato suas atividades profissionais, num trabalho que se caracterizaria como típico dos portugueses em Caxias do Sul: a tanoagem.¹⁶

A necessidade de estocar a produção vinícola provocou o aumento da demanda de mão-de-obra especializada; em 1912 o grupo dos tanoeiros era acrescido de novos elementos.¹⁷

Instalando-se no espaço urbano próximo às unidades de produção, deram origem a uma comunidade diferenciada dentro da comunidade de origem italiana ainda em fase de formação, desde logo conhecida como o “bairro dos portugueses” ou Bairro Lusitano.

A eclosão da Primeira Guerra Mundial não se constituiu em entrave à imigração portuguesa: entre 1914 e 1923, entraram no Brasil 201.252 imigrantes,¹⁸ embora a importação de vinhos estivesse praticamente suspensa no período - fator relevante, no que se refere ao incremento da produção do vinho riograndense e à ampliação dos mercados consumidores nacionais.

A mão-de-obra tanoeira afluía ao promissor mercado de trabalho da região vinícola do Estado, em especial para Caxias do Sul, em números crescentes.¹⁹

¹² PESAVENTO, 1983: 32-35.

¹³ Depoimento de Antonio Mano, tanoeiro, luso. Caxias do Sul, 8/8/1983.

¹⁴ Idem.

¹⁵ Guilherme Mano, Maximiliano de Oliveira Pinto, Valentim Dias, Joaquim Resende, Artur Resende. Depoimento de Leonardo Francisco Louroza, tanoeiro, luso. Caxias do Sul, 9/7/1983.

¹⁶ LACAVA, 1983: 4 (encarte).

¹⁷ A segunda leva era composta por Antonio da Rocha Moreira, Joaquim da Rocha Moreira, Manoel da Rocha Moreira, Domingos Guedes Rezende, Manoel Pinto Ferreira, Joaquim Tavares, José Ramalho, José Guerra, José e Joaquim Francisco Louroza. Depoimentos de Antonio Mano e Leonardo Francisco Louroza.

¹⁸ BRASIL, 1939-1940: 1307.

¹⁹ Alfredo dos Santos Neves, Américo Ferreira Alves, Antonio dos Reis, Américo Dias, Américo Pinto de Souza, Armindo Luiz Soares, Alfredo Neves, Antonio Luiz Soares, Antonio Arada, Antonio Joaquim dos Reis, Baltazar Rodrigues de Sá, Benjamim de Oliveira Pinto, Carlos de Oliveira Dias, Cipriano de Oliveira Dias, David Gomes dos Reis, Domingos Costa, Domingos de Oliveira Azenha, Francisco “Marinheiro”, Francisco Sá Mouróo, Francisco de Sá Ruivo, Francisco “do Monte”, Fernando “do Pita”, Florindo Francisco da Silva, João de Souza, João “Caleiro”, Joaquim

2. O BAIRRO LUSITANO

Observando-se o traçado da Colônia Caxias, pode-se constatar que

*as terras foram divididas em Linhas ou Travessões e estes em lotes colonais numerados, divisões feitas, em geral, sobre mapas, não respeitando acidentes geográficos, a não ser os de maior relevo.*²⁰

Ao centro da Colônia, um quadrilátero - ocupando uma área de 3,5644 km² - foi destinado a servir de núcleo urbano. Parte desta área, conhecida como Campo dos Bugres, já estivera ocupada por indígenas do grupo Gê, daí a denominação. Por se constituir na área mais plana e baixa do quadrilátero, ali se instalaram desde logo (a partir de julho de 1876) as primeiras levas imigrantes para dar origem à futura cidade de Caxias do Sul.

Apesar das dificuldades, o desenvolvimento foi rápido. Passada uma década, o Inspetor de Terras²¹ declarava que

a sede principal, denominada, hoje, Dante, tem uma população de 1.120 pessoas, que ocupam 396 casas, muitas de negócio e outras de oficinas diversas. Há teatro, hotéis, cafés, bilhares, oferecendo esta vila todos os recursos que se podem desejar para uma residência muito confortável.

Apesar de um certo exagero - dado que no período 1875-1886 entraram na Colônia Caxias 5.872 imigrantes²², a maioria deles estabelecida na zona rural, percebe-se já o início do processo de urbanização.

A comunicação com a Capital era realizada através do Município de São Sebastião do Caí, via Estrada-Geral Visconde do Rio Branco. Junto ao seu marco inicial, nas proximidades do núcleo urbano, foi inaugurada em 1910 a estação local da Viação Férrea, a meio caminho entre a área urbana e o espaço agrário, próxima, portanto, das fontes fornecedoras de matéria-prima (a uva e a araucária). Por sua localização estratégica, foi grande a importância adquirida por essa área no desenvolvimento econômico da Colônia.

Um dos primeiros imigrantes a instalar-se junto ao limite urbano, na então recém criada Vila de Santa Teresa, foi Domingos Tronca. Alfaiate de profissão, emigrara da Itália para estabelecer-se com pequeno comércio na localidade rural denominada de Borgheto. Posteriormente, adquiriu uma colônia, estabelecendo ali um parreiral, efetuando a própria vinificação do produto, organizando também uma empresa de transportes por carreta e

... de Oliveira, Joaquim Ferreira, Joaquim Granja, Joaquim Lameira, Joaquim de Oliveira "Bem Feito", Joaquim Domingos Mano, Joaquim Carvalho, Joaquim Ramos, José Gomes dos Reis, José Peres, José de Souza, José Rodrigues Vinhas, José Viseu, José "dos Moinhos", José Rodrigues de Oliveira, Leonardo Francisco Louroza, Lucas "de Garibaldi", Luciano de Oliveira, Manoel "Ilhéu", Manoel da Fonseca, Manoel Ramos, Manoel Gonçalves Monteiro, Manoel "Lavrador", Manoel José Luiz Soares, Manoel Pedroza, Manoel Cardóo, Manoel Rodrigues Vinhas, Manoel Marques, Manoel "da Estação", Manoel "Sanga", Manoel Lopes, Manoel Pereira dos Santos, Manoel Ameixa, Manoel Raposo, Manoel Carvalho, Manoel Gamboa, Manoel Rodrigues da Costa, Marcelino Ameixa, Noé Alves de Oliveira, Quintino "Granja", Raul de Oliveira, Sebastião da Fonseca, Valentim Leandro, Valentim Rodrigues, Vicente Teixeira e muitos outros, que a memória dos depoentes não conseguiu recuperar.

Muitos dos emigrados eram referenciados a partir da área de proveniência, de um atributo pessoal ou de sua atividade profissional, o que os identificava e os distinguia, no conjunto do grupo.

Depoimentos de Antonio Mano e Leonardo Francisco Louroza.

²⁰ FROZI; MIORANZA, 1975: 38.

²¹ CARVALHO, 1975: 74.

²² Mapa Estatístico da Colônia Caxias. Museu e Arquivo Histórico de Caxias do Sul - MAHCS.

levando aos centros consumidores os produtos coloniais. Com o capital assim acumulado, adquiriu nova colônia, agora nas proximidades da núcleo urbano, instalando ali uma cantina-tanoaria, visando não apenas o beneficiamento de sua produção vitícola,²³ cujo escoamento era facilitado pela proximidade, tanto da Estrada-Geral, como da Via Férrea.

Gradativamente, parte da gleba de Domingos Tronca foi dividida em lotes menores que, por se situarem fora dos limites urbanos, tinham um valor sensivelmente reduzido, fator que permitia aos portugueses, tanto a aquisição de pequenos terrenos, como a própria construção da habitação familiar:

*Naquele tempo, o Tronca fabricava casas, o Oliva, também. Tudo casas de madeira, umas boas, outras ruins, umas forradas, outras, não. O Francisco Sá Mourão pagou seis contos pela casa dele; era barato. Os terrenos ali não tinham valor quase nenhum.*²⁴

Acompanhando a instalação das numerosas cantinas-tanoarias ocorreu a ocupação progressiva dessa área pelos imigrantes de origem lusa, originando uma comunidade diferenciada do conjunto da sociedade local, dadas as suas raízes étnicas comuns,

*quase todos trabalhando dentro de um reduzido perímetro da cidade ainda incipiente, quando, então, começou a se caracterizar a “zona dos portugueses.”*²⁵

O “recrutamento” da mão-de-obra era feito através dos próprios lusitanos, à medida que se instalavam no local. A correspondência entre os familiares servia de fonte de informações para os que desejavam emigrar (ou eram forçados a fazê-lo, seja pela falta de trabalho, seja por envolvimento político).²⁶

Muitos dos recém-chegados eram solteiros; outros, embora com família constituída em Portugal, emigravam sozinhos, na expectativa de mandar buscar os familiares, em um segundo momento. Todos, no entanto, emigravam em idade de plena capacidade produtiva, majoritariamente especializados na técnica da tanoagem, adquirida no exercício desta atividade profissional em sua região de origem. Tal fato permitia sua imediata absorção nas engrenagens da economia vitivinícola que tomava impulso.

Esses contingentes imigrantes encontravam abrigo, nos primeiros momentos, no sistema de pensionato, criado pelas mulheres dos tanoeiros já instalados, além de servirem de moradia provisória (e, não raras vezes, permanente, quando o imigrante permanecia sozinho), constituindo-se em fonte de renda familiar suplementar:

*Os portugueses tinham roupa lavada e ‘arremendada’, tinha muita gente, era tudo tanoeiro, muitos moravam ‘sozinho’. Eles compravam a cama e só pagavam pensão.*²⁷

Formava-se, progressivamente, uma comunidade lusa em Caxias do Sul. Já em 1915 eram ampliados os limites urbanos da cidade,

*à vista do grande número de casas e algumas fábricas, e da necessidade de estender o policiamento permanente àquela zona, que já se acha muito fracionada e pertencente a vários proprietários.*²⁸

²³ Domingos Tronca associou-se primeiramente a Luiz Antunes, mas a sociedade teve curta duração (1911-1912). Depoimento de Antonio Mano.

²⁴ Depoimento de Antonio dos Reis, luso, tanoeiro. Caxias do Sul, 6/8/1983.

²⁵ LACAVA, 1983: 4.

²⁶ Nenhum dos depoentes admitiu a segunda hipótese, por motivos óbvios.

²⁷ Depoimento de Francisco Sá Mourão, tanoeiro, luso. Caxias do Sul, 11/11/1983.

²⁸ Intendência Municipal. Registro de ofícios expedidos. Ofício n.190, de 12/5/1915. MAHCS.

Ao iniciar-se a década de 1920, o número de imigrantes lusos devia alcançar coeficientes significativos no conjunto da sociedade local. Segundo alguns depoentes, seriam em torno de 300 pessoas; para outros, o número estaria em torno de 500 profissionais da tanoagem, além dos familiares. Para Lacava,²⁹

*tão grande número de pessoas, unidas por laços de origem, profissão e local de trabalho, resultou numa comunidade perfeitamente unida, com objetivos claros sobre sua situação profissional e social.*³⁰

Além do contato constante na unidade de trabalho - e das próprias características profissionais - o grupo lusitano, pela origem étnica comum, pelos traços culturais e pelos objetivos, desenvolveu, ao longo das primeiras décadas do século XX, uma intensa atividade societária, resultante, de um lado, do sistema de alojamento dos recém-chegados em casas de patrícios já instalados; de outro, a abertura de frentes de trabalho para os que permaneciam à espera de oportunidade para emigrar; de outro ainda, o estreitamento dos laços de solidariedade, nos momentos difíceis.

O lazer também contribuiu para o fortalecimento dos laços comunitários: enquanto a população italiana ou já ítalo-brasileira da cidade se dividia em acirradas disputas futebolísticas em que associações esportivas rivais - o Esporte Clube Juvenil e o Juventude - provocavam tal estado de exaltação que motivava até mesmo a presença de reforço policial para preservar a segurança da população,³¹ os portugueses se organizavam no sentido de constituir seu próprio quadro de jogadores: era uma forma de manter a comunidade coesa, em torno de seus representantes esportivos.

Apesar da existência efetiva do Esporte Clube Lusitano (defendendo as cores verde e vermelha), a comunidade não possuía uma sede social: dadas as precárias condições sócio-econômicas do grupo e de sua longa jornada de trabalho, o processo de criação de uma sociedade esportiva foi demorado. A arrecadação de fundos se fazia através de festas e bailes (em salões locados especialmente para o evento), enquanto o treinamento e a preparação dos jogadores eram realizados no campo aliado, o Esporte Clube Juvenil.

A sede social, finalmente, foi construída em terreno de propriedade da firma Oliva, Gavioli, Sassi & Cia., locado por dez anos. Durante algum tempo, o Clube Lusitano tornou-se o centro social agregador da comunidade. Após os movimentos grevistas de 1928 e 1930, no entanto,

*a ida da 'portuguesa' pra Bento Gonçalves fez com que aquilo ficasse meio morto, uns se desinteressaram, outros doentes (...), até que um dia aquilo tudo pegou fogo. Os portugueses quiseram reconstruir, mas não deixaram: faltava pouco tempo para vencer o contrato.*³²

A coesão do grupo, tanto do ponto de vista social, quanto étnico, começava a desfazer-se frente à realidade econômica. A década de 1930 assistia ao progressivo desprestí-

²⁹ LACAVA, 1983: 4.

³⁰ A comunidade lusa não era composta somente por profissionais tonoeiros e seus familiares: um contingente expressivo de trabalhadores portugueses, contratados em São Paulo para a construção da Unidade Militar local, também ali se estabeleceu, até à conclusão da obra, em 1924.

³¹ Em ofício de 27/9/1920, o Intendente Municipal, José Penna de Moraes, solicitava auxílio da força policial para manter a ordem (...) frente às ameaças de parte a parte [fato que poderia resultar em] *deploráveis sucessos, devido ao extremo a que chegaram os ânimos*. Intendência Municipal. Registro de ofícios expedidos. MAHCS.

³² Depoimento de Antonio Mano.

gio do trabalhador caracterizado pelo domínio de todas as fases da produção, em benefício de um outro tipo de mão-de-obra: a concentração de empresas, a forma capitalista de produzir, a introdução sistemática da maquinaria no setor vitivinícola, especialmente no da tanoagem, promoviam a demanda de um operariado diferente, no interior de um processo produtivo onde a divisão social do trabalho já não deixava margem para a atuação do tanoeiro tradicional.

Por outro lado, o momento era de mudanças na composição da sociedade caxiense na relação cidade-campo, quando numerosos contingentes de elementos jovens, oriundos da zona rural, buscavam trabalho nas empresas que se instalavam na área urbana.

Por outro lado, diminuía significativamente os fluxos imigrantes europeus, forçando a substituição da mão-de-obra estrangeira por trabalhadores nacionais.

3. A TANOAGEM

3.1. Etapas da Profissionalização

O domínio da técnica da tanoagem conferia ao operário do setor um caráter diferenciado dentro da economia vitivinícola, dado o controle exercido pelo trabalhador sobre todas as etapas da produção do vasilhame, o que influía, afinal, sobre a qualidade do produto envasado. Todo um processo de aprendizagem, por sua vez, conferia ao ofício um *status* que possibilitava ao profissional a aquisição de uma certa consciência de sua importância no conjunto do processo produtivo e, por extensão, uma espécie de liderança natural sobre o operariado.

A aprendizagem se iniciava muito cedo, aos 12 ou 13 anos, com a realização de tarefas mais simples. Nas palavras de um depoente, *era quando a 'gurizada' carregava peso demais, se machucava;*³³ depois de dois a três anos, o jovem aprendiz era colocado junto a um profissional para adquirir os conhecimentos técnicos próprios do ofício - embora realizando ainda tarefas menos importantes. A condição de aprendiz não dava direito ao uso privativo dos instrumentos de trabalho:

*Tinha um baixete, que são uns tipos de bancas 'pra' se arrunhar, 'pra' fazer o jabre³⁴ e 'botar' o fundo. Se tinha cinco ou seis que estavam trabalhando e [o aprendiz] estava num daqueles, vinha de lá um profissional e [ele] tinha que ficar de lado (...), porque não tinha baixete suficiente. Primeiro estavam os profissionais e, depois os aprendizes. Já em Portugal havia isso e trouxeram [o costume] de lá.*³⁵

Ao ser considerado apto pelos seus pares a fabricar um barril completo (em etapas sucessivas que constavam desde o preparo da madeira até o acabamento final) o aspirante a oficial-tanoeiro passava por uma espécie de ritual de iniciação, típico das antigas corporações de ofício medievais, cercada de regras que deveriam ser obedecidas, dentro da tradição tanoeira:

Quando o camarada estava considerado profissional, então tinha de pagar a "molhadura". Geralmente as firmas tinham cantina e tanoaria, então davam o vinho, e o

³³ Depoimento de Leonardo Francisco Louroza.

³⁴ Jabre: grande rombo ou buraco.

³⁵ Depoimento de Antonio Mano.

*“formando” tinha que pagar, tinha que comprar salame e pão. Mas, sem pagar aquilo, não era considerado [profissional].*³⁶

Era, portanto, a cerimônia, a festa da “molhadura” que conferia ao profissional o direito ao uso prioritário dos instrumentos de trabalho e, conseqüentemente, o exercício de uma certa liderança operária, no interior da unidade de produção. A existência de uma hierarquia profissional servia para organizar o trabalho:

*Alguns que nem eram portugueses e nem eram tanoeiros [oficiais] mesmo, como vieram de lá [da Europa] e se “formaram” aqui, tiveram que pagar, para continuar [trabalhando] onde tivesse meia dúzia de portugueses; sem pagar a “molhadura”, só podia usar, por exemplo, um banco, um baixete, qualquer coisa, depois que os outros estivessem servidos. Então, muitos italianos dessa época pagaram a “molhadura”.*³⁷

A consciência do valor profissional submetia à tradição até mesmo o operário da etnia predominante; não raras vezes, situações conflituosas se geravam entre os trabalhadores lusos e italianos ou ítalo-brasileiros nas relações de trabalho, apesar da intervenção dos patrões ou do capataz, quando então *os portugueses, meio rudes, meio analfabetos*, faziam valer também a sua autoridade, ao diferenciar os “profissionais de ofício” dos “habilidosos no ofício”³⁸, fato que caracteriza perfeitamente a condição de liderança do grupo lusitano no desempenho profissional da atividade tanoeira em Caxias do Sul.

3.2. A Produção

O trabalho desenvolvido nas tanoarias de Caxias do Sul, na República Velha, como visto, era praticamente artesanal; os tanoeiros profissionais especializados, utilizavam seus conhecimentos técnicos, sua habilidade manual e sua força física no desempenho das atividades diárias, ao longo das diferentes etapas da produção de barris.

Trabalhando ao longo de uma jornada de 10 a 12 horas, a produção média por trabalhador era de 4 a 6 unidades; entretanto, como o salário era auferido em função da produção/dia, uma forte concorrência estimulava os operários. Um tanoeiro³⁹, falando sobre seu trabalho e sua produção, é quem conta:

No primeiro ano fabricava 4 barris; quando nasceu o primeiro filho, fazia 5 barris; quando nasceu o segundo, comecei a fazer seis; quando nasceu o terceiro eu já ia pra oito; comecei a fazer mais força. Foi indo, indo, que no fim já fazia 12.

Após a vinificação, quando o produto era acondicionado em grandes recipientes de até 28 mil litros de capacidade, iniciava-se o preparo do vinho para comercialização - aumentando a demanda e a produção de vasilhames menores. Os estoques diminuía rapidamente em determinados períodos, tais como antes das festas de final de ano ou na Páscoa. Entretanto, nos meses de entressafra, os tanoeiros *faziam [barris] por conta: em vez de quatro, seis por dia, trabalhavam mais devagar e produziam três (...) ou iam pra casa mais cedo*,⁴⁰ período em que diminuía consideravelmente seu salário, provocando uma certa instabilidade econômica familiar.

³⁶ Idem.

³⁷ Idem, ibidem.

³⁸ *Se eles são apenas habilidosos, que esperem pelos profissionais.* Depoimento de Antonio Mano.

³⁹ Depoimento de Francisco Sá Mourão.

⁴⁰ Depoimento de Antônio dos Reis.

A jornada era longa e o trabalho, ingrato:

*Nós ‘pegava’ às seis da manhã, até às sete e meia, oito horas. Tinha meia hora pra tomar café, depois se trabalhava até o meio-dia. ‘Pegava’ depois de uma e quinze até seis e meia, sete horas da noite (...). A gente tinha que ‘pegá’ firme, mas dava pra viver (...). Se a gente tivesse serviço à vontade, dava pra juntar dinheiro.*⁴¹

É necessário salientar, no entanto, que a jornada de trabalho era longa também para as demais categorias de trabalhadores:

*No Rizzo, no Antunes, no Michielon, tinha muito parreiral, muito serviço braçal: era da primeira estrela que aparecia, à primeira hora da noite, então se parava. Não tinha horário, nem lei nenhuma. Só no inverno se fazia menos horas.*⁴²

O espaço físico onde se realizava a atividade tanoeira consistia, via de regra, em barracões de madeira mal iluminados, sem vidros nas janelas (que se mantinham abertas, para permitir a entrada de luz natural) e construídos e mantidos em precárias condições. Pela própria natureza do trabalho e pela localização da maioria dos estabelecimentos do gênero - na parte mais baixa da cidade, junto à Viação Férrea - apresentavam em seu interior elevado grau de umidade, dado que o piso era de chão batido.

A madeira para a fabricação dos barris, matéria-prima fornecida pelos pinheirais, abundantes na região, chegava às tanoarias em *amarrados*, feixes de lenha bruta que deviam passar por um processo de beneficiamento que consistia em aplinar cada uma das partes, tornando-as lisas, vergando-as em uma segunda etapa, para dar forma ao barril. A preparação das aduelas era feita em

*fogareiros de lata de querosene furada, cheios de lenha. Aquele fogo era largado dentro do barril, para a madeira ceder, se não, ela não pode [ser vergada]. A gente tem que ‘botá’ ela na medida certa [para colocar os arcos]. Depois, então, se bate em toda volta pra aquilo ‘arrochar’ bem. Se aquilo era bem feito, pode ‘botá’ líquido.*⁴³

A terceira etapa consistia em unir as várias partes de madeira

*naquele calor violento, batendo com um braço dentro do barril e o outro com o chaço⁴⁴, do lado de fora. Aquilo [a peça] esfria, e, às vezes, o camarada está no chão molhado. Quase todos já morreram e com o coração numa lástima.*⁴⁵

As condições de higiene do local de trabalho da maioria das tanoarias também eram precárias: além da umidade, a fumaça desprendida do fogo dos fogareiros *inundava o ar de xisna*, enquanto o chão se transformava em um amontoado de lascas de madeira, água e barro⁴⁶. Nem todas as tanoarias, entretanto, ofereciam as mesmas condições de trabalho:

*O que ‘botou’ a tanoaria em melhores condições de se poder trabalhar, foi o Antunes.*⁴⁷

Com referência à utilização da matéria-prima, o processo de fabricação de barris encontrava outra grande dificuldade: nos primeiros tempos eram utilizados barris de carvalho, de proveniência europeia, *barris velhos, e a gente arrumava eles. De um grande,*

⁴¹ Depoimento de Leonardo Francisco Louroza.

⁴² Depoimento de Domingos Francisco Bozza. MAHCS, s/d.

⁴³ Depoimento de Antonio Mano.

⁴⁴ Pedaco de madeira ou ferro com que o tanoeiro aperta os arcos, batendo-lhes com o macete.

*se fazia um pequeno. Depois, começaram a fazer com madeira de pinho e de lei.*⁴⁸

A madeira de lei, no entanto, não se adequou à produção, uma vez que era muito dura para ser vergada. Restou o recurso à araucária, cujas fibras, porosas, cediam à pressão do calor e do malho, mas permitiam a passagem de ar, deteriorando o produto com relativa facilidade (o que, em última instância, prejudicava o conceito do vinho nas praças consumidoras e, por extensão, toda a economia do setor).

A solução foi encontrada no processo de acabamento, quando cada unidade produzida era revestida internamente por uma camada de cera, num processo de impermeabilização que empregava, este sim, um número razoável de operários não-especializados:

*Naquele tempo não tinha hora. O negócio era de clarear o dia até anoitecer, não ganhava hora extra, não ganhava nada. Pra 'aprontá' um barril, ganhava um tostão. És vezes, tinha que 'trabalhá' o domingo inteiro.*⁴⁹

Apesar das dificuldades, o setor encontrou o caminho do desenvolvimento. Na década de 1920, a RCI era a maior produtora nacional de vinhos:

Exportação Gaúcha de Vinho - 1920 - 1929

3.3. Relações de Produção e desenvolvimento Técnico

1920	2.987	1.310
1921	4.669	2.124
1922	7.197	3.333
1923	11.211	7.751
1924	11.437	7.408
1925	15.177	10.319
1926	16.643	11.257
1927	19.773	12.121
1928	16.191	-
1929	22.567	-

Fonte: Anuário Estatístico do Estado do Rio Grande do Sul. Secretaria dos Negócios do Interior e Exterior. Porto Alegre: A FEDERAÇÃO, 1925, p. 856-857; 1928, p.897. Mensagem apresentada ao Exmo. Sr. Dr. Getúlio Vargas, Presidente do Estado, pelo Secretário de Negócios da Fazenda, Dr. Firmino Paim Filho. Porto Alegre: A FEDERAÇÃO, 1929, p. 121.

⁴⁵ Depoimento de Antonio Mano.

⁴⁶ A maioria dos entrevistados descreveu os locais de trabalho como absolutamente precários e insalubres, daí as deformidades físicas facilmente observadas nos poucos remanescentes.

⁴⁷ Depoimento de Antonio Mano.

⁴⁸ Depoimento de Francisco Sá Mourão.

⁴⁹ Depoimento de Osvaldo Litz da Silva, cantineiro. Caxias do Sul, 28/7/1983.

Segundo Lacava (1983:4), ao se iniciar a década de 1920,

os portugueses que não estavam empregados nas adegas existentes trabalhavam por conta, com tanoarias domésticas, sem empregados, ou com alguns parentes como sócios. Nessa época, cerca de 300 portugueses, mais seus familiares, dominavam o setor de fabricação e conserto de barris, de todas as medidas, quartos, quintos, décimos e vigésimos, ou seja, 110 litros, 80 litros, 40 e 30 litros, respectivamente.

Essa abundante mão-de-obra detinha um caráter diferenciado dentro da economia vitivinícola, dado que todo o processo de aprendizagem, efetuado por etapas, como já destacado anteriormente, conferia ao oficial-tanoeiro uma situação, no interior da categoria profissional, que possibilitava a aquisição de uma certa consciência de classe.

No entanto, embora a maioria dos emigrados de origem lusa instalados em Caxias do Sul tivesse transferido da Europa o domínio da técnica da tanoagem, a reprodução da mão-de-obra não se efetuou dentro da tradição: é que o governo do Estado, não podendo permanecer alheio às modificações que se operavam ao nível da produção e da circulação nos centros mais dinâmicos da economia, articulou-se com o empresariado, no sentido de adotar medidas que permitissem uma adaptação rápida da economia gaúcha às novas exigências capitalistas.

O processo de acumulação neste período, segundo Pesavento (1983:31),

favoreceu determinados elementos a introduzir modificações técnicas, com o apoio do governo, e modernizar seus estabelecimentos. A partir da constituição de empresas maiores, as pequenas unidades artesanais tenderam a sucumbir.

É o momento em que a utilização da força motriz e a instalação de máquinas em algumas etapas do processo produtivo se associam ao desenvolvimento e aprimoramento da produção vinícola: a conquista de novos mercados consumidores para o produto gaúcho promove, não apenas a aquisição de máquinas para o beneficiamento e refino do vinho (pasteurizador, prensa para esmagar uva, retificador, concentradora para extração de sucos), como sensíveis modificações no processo de acondicionamento e transporte do vinho, a partir do desenvolvimento de processos de preparação da madeira.⁵⁰

Paralelamente, são introduzidas na tanoagem as primeiras máquinas de cortar fundos, de *arrunhar* (abrir sulcos, para inserir outras partes de madeira), de fazer arcos; mais tarde, as que preparavam as aduelas, aumentando a produção e a produtividade do setor, *mas, mesmo assim* [o processo] *tinha que passar pelas mãos do tanoeiro, ainda.*⁵¹ A expressão “ainda” é significativa, uma vez que demonstra a consciência do profissional frente à perda progressiva do controle das diferentes etapas da produção.

Por outro lado, a introdução de novos maquinismos diminuía de forma progressiva a importância do profissional-tanoeiro, tanto na unidade de produção como no conjunto da categoria, uma vez que a força-trabalho poderia agora ser mais facilmente substituída por uma mão-de-obra de menor qualificação e, conseqüentemente, sujeita a salários mais baixos.

⁵⁰ A introdução de máquinas no processo de produção de barris motivou a revolta dos tanoeiros tradicionais: *Às vezes, a gente 'botava' rebites no meio das engrenagens das máquinas e quebrava tudo. A máquina voltava 'pro' fabricante e nós 'tinha' mais trabalho.* Depoimento de Antonio Mano.

Em outra ocasião, um incêndio (atribuído aos tanoeiros) destruiu boa parte de uma daquelas oficinas, permitindo que os barris fossem fabricados manualmente durante longo tempo.

Uma conjuntura internacional, nacional e regional combinava fatores para promover as mudanças que se operavam na economia, ao final dos anos 1920: se a crise de 1929 atingia os países desenvolvidos de forma violenta, seus efeitos se faziam sentir também naquelas economias dependentes; é o caso do Brasil, onde a cafeicultura, profundamente vinculada ao mercado externo, via reduzida de forma drástica a comercialização do café, com a formação de enormes estoques, o que, em suma, abalava, em termos de receita, toda a mão-de-obra voltada para o setor. Era justamente essa a camada rural da população do centro do país (em especial os imigrantes de origem italiana e lusa) a maior consumidora do vinho riograndense - ou, nas áreas urbanizadas, o proletariado e as camadas médias emergentes, cuja renda impedia a compra do vinho importado.

Pela pressão sobre os salários, os artigos de consumo considerados supérfluos - como é o caso do vinho - encontravam dificuldades para comercialização, forçando a formação de grandes estoques e a conseqüente redução na produção de barris: também o operariado do setor sofria, de imediato, os efeitos da crise.

É necessário acrescentar a esse quadro a opção de desenvolvimento via industrialização implantada a partir de 1930, cujas bases se fundamentam no apoio governamental ao empresariado e na pressão sobre o operariado emergente. Todas aquelas categorias de trabalhadores que, até àquela data, tinham exercido uma relativa liderança - pela capacidade técnica e níveis salariais - viram decrescer progressivamente sua importância no conjunto da classe.

Interessava também, aos governos e aos empresários, num momento de ajustamento da economia ao modelo capitalista, suspender o fluxo imigrante de origem européia, que poderia dinamizar o movimento operário (ou, ao menos, tentar fazê-lo).

Um outro dado vinha juntar-se aos precedentes, no sentido de remover da engrenagem produtiva do setor vinícola a presença da força-trabalho especializada, portadora de técnicas tradicionais de produção de barris: dadas as constantes adulterações do vinho proveniente do Rio Grande do Sul nas praças consumidoras do centro do país⁵², o governo federal determinou que o transporte interestadual do produto se fizesse em recipientes de, no máximo, um litro.⁵³

Considerando-se que a exportação do produto se fazia, em sua maior parte, em barris (cujos fretes eram mais baixos), dado que o vasilhame de vidro adquirido até àquela data nas vidrarias paulistas encarecia sobremaneira os custos, a decisão federal conduzia o setor ao enfrentamento de uma série de problemas: o pequeno produtor independente não tinha condições de subsistir, diante do constante aumento dos custos de engarrafamento, do transporte e da tributação, situação que vinha a favorecer a concentração de capital em empresas maiores, portadoras de tecnologia mais avançada e em condições de adquirir ou mesmo de produzir seu próprio vasilhame.

É dentro desta problemática de construção do capitalismo no Brasil que foi fundado o Sindicato Vinícola, oficializado pelo Decreto n.º 4.195, de 13 de Dezembro de 1928,

⁵¹ Depoimento de Antonio Mano.

⁵² O jornal *Correio do Povo* denunciava, com freqüência, que um barril de vinho, através da adição de álcool, água e anilinas, se *desdobrava em 8 ou 10, no mercado do Rio de Janeiro*, o que deu origem à expressão *de uva também se faz vinho*.

⁵³ A medida visava recuperar o conceito do vinho rio-grandense frente a uma intensa campanha difamatória que vinha beneficiando outras áreas produtoras de São Paulo e Minas Gerais, além de forçar a contenção da importação de produtos de origem chilena, portuguesa, argentina e italiana, por parte das importadoras.

representado nas operações comerciais pela Sociedade Vinícola Rio-Grandense Ltda., produto da pela junção dos capitais de 49 empresas exportadoras de vinho.⁵⁴

Os efeitos desta medida sobre a mão-de-obra tanoeira, no entanto, foram desastrosos, aumentando a crise de falta de trabalho.

4. MOVIMENTO ASSOCIATIVO

Analisando o período de formação, tanto da classe proprietária, quanto do operariado enquanto segmento mais despossuído da sociedade, Petersen (1977)⁵⁵ escreve que

quando se iniciou o processo de industrialização no Brasil, o trabalhador era subjetivamente um artesão, ainda que objetivamente fosse um assalariado; as profissões permaneciam semi-fechadas, demandando aprendizagem, e ainda que os operários não fossem donos de seus meios de produção estavam temporalmente muito pró-ximos do espírito de inconformismo do artesanato; [tal processo] era constantemente fortalecido por um regime assalariado que progressivamente definia o trabalhador pela venda de sua força-trabalho e ao empresário pela extração de mais-valia.

Nestas circunstâncias, no interior do processo histórico de acumulação capitalista, sem poder contar com o Estado para realizar qualquer reforma ou mudança em seu próprio benefício, somente a associação em torno de interesses comuns e imediatos poderia levar a classe operária à conquista de algumas concessões frente ao patronato.

Considerando-se que o operariado da tanoagem de origem lusa era justamente aquele que trazia de Portugal a vivência recente do processo de transição conflituosa do artesanato para a indústria, a liderança que a categoria assumiu no movimento sindical, em Caxias do Sul, ao que tudo indica, foi natural.

Como a vitivinicultura se tornava progressivamente hegemônica no conjunto da economia local e regional, essa situação de liderança deveria, teoricamente, privilegiar o operariado do setor, tanto pela sua habilidade técnica, como pelo nível de salários.

4.1. Associação dos Tanoeiros de Caxias do Sul

O ano de 1917, segundo alguns depoentes, 1918 para outros, foi marcado para o grupo de tanoeiros lusos estabelecidos em Caxias do Sul como o momento de sua primeira manifestação classista: inseridos no mercado de trabalho via economia da tanoagem e na sociedade urbana através da organização comunitária que viria a ser conhecida como “o bairro dos portugueses” ou Bairro Lusitano, logo sentiram a necessidade de organizarem-se também em moldes associativos, a exemplo do que ocorria em outras áreas e setores produtivos em vias de industrialização no país.

Visando manter o grupo coeso e solidário, fundaram sua primeira entidade de classe, a Associação dos Tanoeiros de Caxias. Nas palavras de um dos fundadores⁵⁶,

alguns patrões achavam que aquilo era uma maçonaria, mas não reivindicava; na ocasião era para se tornar uma sociedade mais social, de recreação, enfim, para assun-

⁵⁴ Não cabe analisar neste trabalho o papel desempenhado na economia vitivinícola da região pela Sociedade Vinícola Rio-Grandense, nem a atuação das cooperativas de produtores. Sobre o assunto, ver em GIRON, 1975 (mimeo), e em CAVAGNOLLI, 1989.

⁵⁵ PETERSEN, 1977:125 (mimeo).

tos que viessem, e, naturalmente, os estatutos rezavam que se poderia mais tarde, então, transformar numa associação de reivindicações.

Do depoimento, uma série de dados pode ser oferecida para tecer considerações: verifica-se, em primeiro lugar, a imediata reação patronal, ao qualificar a pequena sociedade de “maçonaria”, sugerindo a presença de um objetivo de subversão da ordem estabelecida; em segundo, a constatação de uma vivência associativista anterior, diante da existência de estatutos, mesmo que com estrutura simplificada; em terceiro, fica clara a intenção de transformar a associação, no futuro (quando as condições conjunturais o permitissem), em uma entidade mais combativa, núcleo, quem sabe, de uma atividade sindical mais abrangente e efetiva, em moldes europeus e direcionada para seus verdadeiros fins.

Não possuindo sede própria, os associados se reuniam *na casa de um português qualquer, e os livros, a mesa, o armário e a bandeira* passavam de mão em mão, permanecendo durante mais tempo onde houvesse espaço, enquanto as contribuições dos associados - *uma ninharia* - visavam auxiliar os companheiros em necessidade.⁵⁷

A bandeira, idealizada sob influência da Revolução Russa,

*era mais como um estandarte de igreja, feita de seda vermelha, com os dizeres Associação dos Tanoeiros de Caxias. Mas houve lá um que quis ‘botar’ Associação Portuguesa dos Tanoeiros; uns estavam de acordo, outros [disseram] que a origem [étnica] não tinha nada a ver com aquilo. Na ponta do mastro era costume ‘botar’ uma lança. Então um português queria que ‘botasse’ um malho e um pedaço de ferro que nós chamamos chaço, entrelaçados, parecendo a foice e o martelo da Rússia.*⁵⁸

Marcado pelo Tenentismo, que tanto agitou a opinião pública nacional, e pela criação do Partido Comunista Brasileiro, o ano de 1922 foi também o da decretação do Estado de Sítio no país. As pressões patronais sobre o operariado, inclusive o caxiense, foram intensas, no sentido de desmobilizar os trabalhadores, valendo-se de todo um aparato repressivo garantido pelo Estado, enquanto veículos de informação encarregavam-se de divulgar informações sobre a insegurança e a agitação do período.

Impedidos de atuar livremente no interior de sua organização associativa, os portugueses buscaram manter por outra via a coesão do grupo, inaugurando o Esporte Clube Lusitano, em 11 de junho de 1927. Além de elemento agregador da colônia lusa, o Clube daria prosseguimento aos propósitos de organização da categoria dos tanoeiros e, dentro do reduzido espaço político disponível, das demais categorias de trabalhadores.

Exclusivamente desportivo-recreativo ou não, o Clube Lusitano constituiu-se no pólo aglutinador do operariado, principalmente dos trabalhadores ligados ao setor vinícola, tanto é que, já em 1928 eclodia a primeira grande greve dos tanoeiros, reivindicando a redução da jornada de trabalho.

A contrapartida empresarial era assegurada através da oficialização do Sindicato Vitivinícola, o que representava, em última análise, um mecanismo para pôr em prática um princípio de racionalização capitalista, concentrando os meios de produção e os capitais comerciais e afirmando a supremacia da indústria do vinho sobre o artesanato doméstico (e sobre as pequenas cantinas). Por outro lado, a organização de grandes

⁵⁶ Depoimento de Antonio Mano.

⁵⁷ Idem.

⁵⁸ Ibidem.

empresas setoriais constituía-se num efetivo instrumento de pressão sobre o operariado.

A década de 1920 foi também o período em que o êxodo rural aumentou significativamente, transformando aqueles contingentes oriundos da área agrícola circundante em massa de manobra, tanto da camada empresarial, como do governo.

As dificuldades do operariado frente à crise, associadas à tentativa de manutenção da unidade da categoria dos tanoeiros - além da progressiva e irreduzível industrialização do setor e do aumento das reservas de mão-de-obra não especializada (e, portanto, mais barata) - levaram os profissionais da tanoagem a reorganizar sua Associação. Enquanto entidade classista, não era, ou não deveria ser, "o cofre dos operários", mas um núcleo em que o trabalhador

*cerra fileiras na defesa de seus interesses contra a exploração, além de se constituir em escola de formação ideológica, onde, através da discussão, [os associados] encontram a luz do caminho, do direito e da justiça.*⁵⁹

Com vistas a fortalecer a categoria - enquanto órgão representativo dos trabalhadores, não só da tanoagem, mas da indústria da madeira - os tanoeiros passaram a buscar, através da ampliação de sua base territorial, a adesão dos trabalhadores do setor nas empresas de Bento Gonçalves e Garibaldi⁶⁰, realizando sucessivas reuniões em sua sede sindical, na Rua Pinheiro Machado.⁶¹ Como resultado imediato desta atuação, em 1 de Novembro de 1930 declaravam-se novamente em greve, reivindicando aumento salarial para toda a categoria e redução da jornada de trabalho.⁶²

Deflagrando uma greve que se pretendia geral, as lideranças tanoeiras não perceberam que o momento era impróprio (ou não tiveram condições de fazê-lo): Getúlio Vargas, vitorioso em outubro, prometera amplo apoio às classes trabalhadoras, mas a distância que separava os dois acontecimentos (a tomada do poder e a eclosão do movimento grevista) era ainda muito pequena. De um lado, a euforia do sucesso, de outro, o perigo da derrota, tornavam o momento propício às manifestações públicas, o que poderia desembocar, do ponto de vista do novo governo, em situações imprevisíveis e incontroláveis.

No âmbito da produção, o período também se revelava inadequado à paralisação do trabalho, uma vez que os estoques de barris eram suficientes para realizar a comercialização do vinho a ser consumido por ocasião das festas de fim de ano. A greve não chegou a se constituir em instrumento de pressão sobre a classe patronal, dado que a redução da jornada de trabalho, obtida através da negociação⁶³, além de se constituir em mera medida política, não alterava nem o sistema de pagamento de salários, nem seu valor por unidade produzida, o que, em última análise, beneficiava diretamente o empregador.

Faz-se necessário também salientar, neste contexto, o papel da Igreja: o final da década de 1920 foi justamente o momento em que, diminuindo fortemente a imigração

⁵⁹ O Caxias. Caxias do Sul, 14/08/1930, p.5.

⁶⁰ Idem.

⁶¹ O prédio já não existe.

⁶² O Caxias. Caxias do Sul, 11/09/1930, p.5 e 18/09/1930.

⁶³ *Há poucos dias esta classe se declarou em greve pacífica allegando para isto muitas horas de serviço e ordenado resumido... Exigiam os grevistas aumento de salário e oito horas de trabalho. Depois de ouvidos também os proprietários das tanoarias ficou resolvido que estes cederiam as 8 horas de serviço. Os operários aceitaram o accordo feito de 8 horas, ficando o assumpto de augmento de salário para janeiro vindouro.* O Caxias. Caxias do Sul, 13/11/1930, p.5.

européia, realizava-se a substituição da mão-de-obra estrangeira pela nacional. No caso de Caxias do Sul, essa força de trabalho provinha da área agrícola, como já visto, portando como características psicológicas e comportamentais o conservadorismo e uma certa submissão à autoridade constituída. A rebeldia, a contestação, representavam, aos olhos desses trabalhadores - por força dos princípios inculcados pela ação do clero e pela própria ideologia dominante - atitudes condenáveis e, evidentemente, condenadas. A participação desse contingente no movimento grevista, portanto, não poderia ser efetiva.

Derrotado pela segunda vez, o operariado voltou ao trabalho. Ficava claro, agora, para os tanoeiros-artesãos, que não mais detinham a liderança, fator agravado pelo processo de desagregação social do grupo. Um depoente vê o momento com estas palavras:⁶⁴

Eu sei que não deu dinheiro, porque era muito português; inclusive um, que era considerado um artista na arte da tanoaria, um tal de Joaquim de Oliveira, foram 'prá' Bento Gonçalves quase todos, e alguns foram 'prá' Erechim, 'prá' zona da estrada de ferro, 'prá' uns quantos municípios, em direção a Santa Catarina. E aqui ficou alguns que já tinham posto raízes, ou família, ou que não quiseram sair: ficaram, mas tiveram que se sujeitar às conseqüências. Hoje, eu acho que tanoeiros mesmo, daqueles castiços, dos genuínos, não 'existe' mais.

4.2. Operariado e Repressão

Para proteger e amparar o capital, garantindo a continuidade da ordem burguesa, no sentido de assegurar ao Rio Grande do Sul um espaço no conjunto da economia nacional, coube ao governo a incumbência de submeter o fator trabalho, através da Legislação Trabalhista e Social e do controle das atividades sindicais.

Ao assumir o poder, Getúlio Vargas criara, pelo Decreto n.º 19.433, de 23/11/1930, o Ministério do Trabalho, secundando-o pelo Decreto n.º 19.770, de 19/03/1931, que encaminhava a organização do sindicalismo oficial. Através de mecanismos legais o Estado passava, progressivamente, a interferir na área das relações trabalhistas e na "questão operária", até assumir o controle completo dos sindicatos.

Diante da investida estatal, o operariado era atingido de dois modos, seja no que se refere à sua composição interna, seja quanto às suas organizações profissionais. Era o momento em que, como já salientado, a concentração de capitais atingia também a área rural, expulsando as populações excedentes das unidades produtoras. Essa massa, iletrada e inexperiente, não tinha vivência associativa,⁶⁵ dificultando sua integração e seu envolvimento com a causa operária.

Segundo Leôncio Martins Rodrigues (1966)⁶⁶, até então

o tipo de sindicalismo vigente era o sindicalismo organizado por ofício. Ele agrupava uma fração do proletariado que tinha orgulho de sua profissão, unida por fortes laços de solidariedade e com uma consciência de classe (ou profissional) fortemente desenvolvida.

O operariado de origem rural, profissionalmente desqualificado para o trabalho fabril, alterou este quadro. Ao contrário das primeiras fases da industrialização, os

⁶⁴ Depoimento de Antonio Mano.

⁶⁵ Nenhuma das experiências, no sentido da fundação de cooperativas, sob orientação do engenheiro italiano, Dr. D'Estefano Paternò, em diversos locais da região colonial italiana do Rio Grande do Sul, obteve sucesso.

⁶⁶ RODRIGUES, 1966: 168.

empresários tinham agora diante de si um exército industrial de reserva que, se de um lado servia para presssionar no sentido do rebaixamento dos salários, por outro devia estar sob constante vigilância. O aparelho repressivo do Estado, a força policial, constituía-se, então, em braço armado do poder e das classes empresariais, objetivando desmobilizar (ou imobilizar?) os trabalhadores urbanos.

No que refere à questão do processo de implantação do modelo de industrialização em Caxias do Sul, a eficácia do aparato policial era evidenciada através da imprensa, por ocasião das greves de 1928 e 1930:

*Havendo temores de perturbação da ordem pública e dada exaltação de alguns elementos grevistas, o Dr. Celeste Gobatto, Intendente Municipal, requisitou o auxílio do Governo do Estado, que enviou para esta cidade 30 praças da Brigada Militar.*⁶⁷

*Correu pela cidade boatos diversos sobre a atitude que essa greve assumiria. Foi diante desses boatos alarmantes que no dia 7 do corrente chegou aqui, de trem especial a primeira força de 50 praças da Brigada Militar, devido ter ocorrido versões de que os grevistas ameaçavam fazer depredações. Tal versão não se confirmou, visto que a greve era pacífica.*⁶⁸

Os efeitos dessa demonstração de força marcaram fortemente os tanoeiros lusitanos que lideravam o movimento⁶⁹:

Em 1930 fomos fazer uma passeata, foi uma greve grande. Veio a polícia para Caxias, para reprimir a greve, mas nós não fizemos bandalheira nenhuma. Vieram a cavalo, andavam para lá e para cá, mas nós não fizemos barulho nenhum.

Aos olhos do operariado ítalo-brasileiro, o grupo lusitano passava a ser identificado com termos depreciativos, como sendo uma *cambada de fora, comunistas e encrenqueiros*, o que vinha a contribuir para a rápida perda do prestígio e da liderança classista que se seguiu aos movimentos grevistas.

As pressões patronais, por outro lado, agora a nível de unidade produtiva, também contribuíram fortemente para arrefecer as tentativas de organização do operariado local. Mesmo fazendo concessões, o poder do patronato era resguardado com a dispensa das lideranças grevistas e sua imediata substituição.⁷⁰

Tal como em outras regiões, combinavam-se os interesses do Estado, da Igreja e das classes empresariais, apoiados numa legislação social (concedida e imposta de cima para baixo) e nos sindicatos oficiais, promovendo e assegurando a implantação e a manutenção da estrutura capitalista de produzir.

4.3. A Organização Sindical: União Operária de Caxias

A criação do Ministério de Trabalho e a legislação que se seguiu a esta medida atrelavam definitivamente o operariado brasileiro ao sindicalismo oficial. Os sindicatos, organizados a partir de 1931 – agora sob orientação e controle do Estado – visavam o

⁶⁷ O Regional. Caxias do Sul, 06/02/1928.

⁶⁸ O Caxias. Caxias do Sul, 13/11/1930.

⁶⁹ Depoimento de Francisco Sá Mourão.

⁷⁰ *Depois da greve teve pouco serviço e ele [o empregador] mandou alguns tanoeiros embora.* Depoimento de Francisco Sá Mourão.

afastamento das antigas lideranças operárias dotadas de uma certa consciência profissional e desenvolvida ao longo das primeiras décadas do século. A organização sindical passava a realizar-se por indústria - e não mais por ofício.

Apesar dos reveses, dos insucessos das greves, das ameaças, a Associação dos Tanoeiros de Caxias do Sul tentava, mesmo sob a vigilância do Estado, manter a liderança sobre o operariado local.

A presença de um representante do Governo do Estado em Caxias do Sul, com o objetivo de organizar os trabalhadores dentro dos moldes que a legislação impunha, viabilizava, aos olhos dos tanoeiros, a retomada da liderança quase perdida: a partir das associações existentes - ou em vias de organização - seria formada uma entidade mais complexa que congregasse todas as categorias. Para tanto,

era preciso providenciar um salão, distribuir boletins, convidar autoridades. Como não tinha um local para [reunir] todos os operários, o grupo [dirigente] escolheu um local [público e aberto], o Parque Cinquentenário, que tinha um quiosque. Falaram com o dono, fizeram um chamamento, [abriram] um Livro de Atas para o registro dos sócios e [encaminharam] um ofício ao Intendente, senhor Miguel Muratore.⁷¹

A reunião era domingo de manhã, ninguém trabalhava, tinha muito português por aqui e encheu de gente. Estenderam uma toalha, 'pra' tirar uns troquinhos de quem tivesse, que precisavam organizar o sindicato. E tinha um que subiu em cima de uma mesinha e estava falando e, quando nós vimos, a polícia com cavalaria cercou tudo em volta, e ainda pegaram aqueles troquinhos: um pegou, puxou, embrulhou e levaram.⁷²

Os líderes foram detidos sob a alegação de que não haviam comunicado o uso de um logradouro público para a realização do encontro.⁷³

O episódio foi registrado somente em 1934, nos seguintes termos:

Pela primeira vez reuniram-se os operários interessados em a fundação de uma sociedade para os de sua classe, no que foram presididos, em assembléia, pelo Senhor Adelino Tronca que expondo os fins da Sociedade declarou a mesma não ter outro alvo a não ser o interesse da classe operária.⁷⁴

A instalação oficial e festiva da União Operária de Caxias (dentro do espírito da lei) realizava-se pouco depois, nos salões do Esporte Clube Lusitano, em 15 de Dezembro de 1931,⁷⁵ com a presença do Intendente e demais autoridades constituídas. Evidenciava-se assim o caráter oficial da entidade.

Visando ao aprofundamento do processo de acumulação capitalista, tornava-se cada vez mais necessário revestir a política de um conteúdo interventor e paternalista, tratando de eliminar o conflito social e substituindo-o pela ideologia da cooperação entre as classes. Essa postura estava claramente configurada no discurso do orador⁷⁶ que, citando o "Grande Mestre do Positivismo", concitava os operários a se *congre-*

⁷¹ Depoimento de Agenor da Silva, operário da indústria da madeira, brasileiro. Caxias do Sul, 18/5/1976.

⁷² Depoimento de Tomás Ferreira de Almeida, brasileiro, pedreiro. Caxias do Sul, 18/8/1983.

⁷³ Reunião realizada em 12/11/1931. Livro de Atas das Sessões de Diretoria do Sindicato dos Trabalhadores em Madeira de Caxias do Sul.

⁷⁴ Idem.

⁷⁵ Idem, *ibidem*.

*garem dentro da ordem e da lei, no que teriam o incondicional apoio do Governo do Estado.*⁷⁷

A primeira diretoria eleita deixava claro que aos portugueses não cabia mais a liderança da classe.⁷⁸

Presidente: Adelino Tronca

Vice-presidente: Carlos Klippel

1º. Secretário: João Accorde

2º. Secretário: Carlos Rossi

Da União Sindicalista (ou União Operária de Caxias) desmembraram-se mais tarde cinco diferentes sindicatos: dos Trabalhadores da Madeira, de Bebidas, de Curtimento, de Tecido e o dos Metalúrgicos, à medida que eram aprovados os respectivos estatutos.

A sindicalização dispersava cada vez mais o grupo português, dado que o que determinava a categoria era a indústria preponderante; em Caxias do Sul, o setor que hegemônico era o da indústria do vinho e os tanoeiros que exerciam suas atividades junto às cantinas filiavam-se ao Sindicato das Bebidas; as tanoarias independentes, em número progressivamente reduzido, tinham seus operários filiados ao Sindicato da Madeira. As antigas lideranças lusas, embora tentassem ainda manter algum grau de liderança, já não tinham mais coesão, nem força numérica.

5. DESAGREGAÇÃO ECONÔMICA E SOCIAL

A partir do final da década de 1920 portanto, um quadro amplo se desenhava, no sentido da desorganização do setor da tanoagem tradicional no interior da economia caxiense. Como as unidades de produção do setor vinícola passavam por uma série de transformações, com o emprego de máquinas progressivamente mais complexas, o artesão-tanoeiro não se adaptava mais à nova maneira de produzir:

*Os tanoeiros foram diminuindo cada vez mais, vendo que não tinham futuro mesmo, procurando outra profissão. Outros, fazendo “barriletes” em casa, outros se aposentaram, a profissão foi desaparecendo, a maioria morreu.*⁷⁹

A reprodução da força de trabalho já não se fazia mais entre os descendentes de imigrantes lusos⁸⁰ e a arregimentação do operariado do setor, conforme colocado anteriormente, passava a ser realizada agora nas áreas rurais próximas ao núcleo urbano. Desconhecendo a técnica da tanoagem tradicional, aqueles trabalhadores adaptavam-se mais facilmente à produção em série, via divisão social do trabalho.⁸¹ Não exercendo nenhum controle sobre o processo produtivo e não percebendo sua situação de classe, submetiam-se facilmente à ordem capitalista.

⁷⁶ Dr. Odon Cavalcanti, subchefe de polícia, que ocupava também a presidência da mesa diretora dos trabalhos. Idem, *ibidem*.

⁷⁷ Idem, *ibidem*.

⁷⁸ Idem.

⁷⁹ Depoimento de Ernesto Bernardi, tanoeiro, ítalo-brasileiro. Caxias do Sul, 23/8/1983.

⁸⁰ *Filho meu, tanoeiro, não!* Depoimento de Leonardo Francisco Louroza.

⁸¹ *As fábricas, como o Chico [Francisco] Oliva e o Rossi ‘meteram’ lá uns cem tanoeiros e eles faziam mais com aquelas máquinas do que 300 tanoeiros juntos.* Depoimento de Antonio Mano.

A falta de especialização colaborava no sentido de fazer daquela mão-de-obra um instrumento do capital:

O barril agora é “arrunhado” a máquina, o fundo é cortado a máquina, é “levantado” na estufa a máquina, quer dizer, tanoeiro é só bater nos arcos. Eles aprenderam assim. Eu não: eu faço desde o pequeninho ao grande. Com uma tábua, faço um barril. O tanoeiro brasileiro não sabe fazer o barril todo à mão; eles fazem, mas já vem quase pronto da fábrica.⁸²

O ano de 1933 marcava de forma definitiva os destinos do setor da tanoagem tradicional; embora a produção vinícola se mantivesse ascendente, o número de tanoarias decrescia de forma significativa.

Observando o momento por outro ângulo, a relação capitalismo e pequena produção rural passava também, no início da década de 1930, por mudanças importantes que, indiretamente, atingiam a mão-de-obra tanoeira: as empresas vinícolas sob a liderança da Sociedade Vinícola Rio-Grandense passavam a ampliar de forma crescente suas atividades econômicas, inclusive no setor primário. Adquirindo áreas rurais cada vez maiores para cultivo capitalista da videira, forçavam a submissão final do camponês, convertendo-o, como diz Pesavento (1983:65), em um *agricultor puro, produtor de matéria-prima para a indústria do vinho*, uma vez que uma legislação restritiva e a necessidade de grandes capitais impediam, na prática, a manutenção, na pequena ou média unidade produtiva rural, de cantinas domésticas que viabilizassem a comercialização do próprio produto.

5.1. A hegemonia ítalo-brasileira e a perda da identidade lusa

A década de 1930 assistiu aos desdobramentos de um fenômeno social decisivo na desestruturação da comunidade lusa de Caxias do Sul. De um lado, a ideologia do capitalismo marcava a acumulação, através de uma legislação social que anulava o potencial político do operariado. Para alguns,

a ditadura foi “bom”, porque havia um sossego, começou a desarmar o pessoal; a vida estava boa, porque não havia discussão de lei trabalhista, não havia discussões de trabalho.⁸³

De outra parte, a utilização de mecanismos de tipo psicológico, através de apelos à identidade étnica do capital e do trabalho, do empregador e do empregado, visava impedir - e o conseguia - a tomada de consciência, pelo operariado emergente, das reais diferenças de classe: se um “italiano”, oriundo também da zona rural, e que às custas de um trabalho “árido, incessante e honesto” havia se transformado num “capitalista” (isto é, conseguiu realizar o sonho imigrante de “far la Merica”), por que ele, trabalhador, também honesto e infatigável, não poderia chegar aos mais altos degraus da escala social? Como lutar contra uma classe, se o objetivo maior era, justamente, fazer parte dela?

A ideologia dominante atingia de forma decisiva o operariado local. Os remanescentes de origem européia - especialmente os lusitanos - não tinham mais condições de

⁸² Depoimento de Francisco Sá Mourão.

⁸³ Depoimento de Domingos Bozza.

exercer sua influência sobre os trabalhadores nacionais. Veja-se, no entanto, que a expressão “nacional” não significava ser portador de sentimento nacional, de identificação com a pátria brasileira: tinha, na realidade, apenas o sentido de nascido no Brasil.

A comunicação lingüística, tanto na zona urbana como nas áreas agrícolas, continuava a ser realizada através de dialetos italianos,⁸⁴ contribuindo para reforçar a coesão do grupo étnico. Paralelamente, diminuía de forma significativa a possibilidade de conflitos classistas, dada a legislação vigente.

O braço da Igreja, a partir da capela, na zona rural, alcançava também o operariado urbano. Como referem FROZI e MIORANZA (1975:75), até à primeira década do século XX *a capela era um centro social e religioso de valor para o colono*, num período em que,

*diante de problemas de tipo psicossocial, a vivência religiosa ou as promessas da religião tiveram a força de transformar o imigrante num ser resignado e submisso face às adversidades.*⁸⁵

Ao transferir-se para a cidade, em busca do mercado de trabalho que se abria, a mão-de-obra de origem rural levava em seu comportamento social as marcas da ação da Igreja: o patrão passava a ser “o pai adotivo”, aquele que lhe “dava” emprego e salário, isto é, aquele que, em contrapartida, queria obter obediência e submissão.

Ingressando no espaço urbanizado da cidade e no novo modo de produzir, seus problemas e dificuldades eram ampliados: agora eram os sindicatos, a legislação trabalhista, a atração das correntes ideológicas proletárias, as greves, a perda do poder aquisitivo, incluindo-se questões com moradia, educação, saúde. Havia, também, o perigo do “comunismo”, sempre pronto a “desviar” o trabalhador de seu caminho, ideologia associada direta e imediatamente aos operários lusos.

Não por acaso, paralelamente a uma legislação que imobilizava o operariado, encaminhando-o à organização sindical controlada pelo Estado, a Igreja e as classes patronais moviam intensa campanha, no sentido da criação dos Círculos Operários.⁸⁶

O espaço político ocupado pelas antigas associações operárias e suas lideranças ficava progressivamente mais estreito, comprimido entre o sindicalismo oficial e a ação da Igreja, aliada ao patronato.

O Bairro Lusitano, por sua vez, expressão da organização comunitária do operariado de origem portuguesa, também perdia sua identidade.

A medida em que aumentava o êxodo rural, as levas migrantes buscavam situar-se junto aos locais de trabalho, seja pela valorização dos lotes urbanos, seja pela localização das empresas na área periférica da cidade, em especial junto à área ocupada pela Viação Férrea. As grandes empresas do setor vinícola (Luiz Antunes e Cia. Ltda., Cia. Brasileira de Vinhos, Eduardo Mosele S.A., Sociedade Vinícola Rio-Grandense, entre outras, ali instaladas), atraíam numerosa mão-de-obra.

⁸⁴ FROZI; MIORANZA, 1975: 77.

⁸⁵ Postura ideológica que ultrapassa bem de longe o período destacado pela autora.

⁸⁶ Fundado em 13 de setembro de 1934, o Círculo Operário Caxiense era *uma organização de fins religiosos e sociais destinada a reunir os operários em congregações religiosas e ao mesmo tempo beneficentes, fugindo, prudentemente, dos meios demolidores ou de agitadores profissionais que procuram fazer carreira à custa do sacrifício dos verdadeiros operários.*

O MOMENTO. Caxias do Sul, 13/9/1934.

O espaço conhecido até então como Bairro Lusitano adquiria feição nova: a comunicação verbal, tanto no interior da unidade produtiva como no núcleo social, fazia-se cada vez mais em dialetos italianos; os traços culturais lusos eram substituídos de forma gradativa pelas tradições e valores do grupo ítalo-brasileiro, ainda profundamente ligado às suas origens rurais.

A dispersão que se seguira aos movimentos grevistas no início da década de 1930 - quando grande parte do grupo lusitano se vira na contingência de emigrar - abria espaço para a instalação definitiva do operariado no espaço físico do bairro. Prova disso são os registros de propriedade dos lotes residenciais da área, que passava a ser identificada, no mapeamento urbano, como Zona Tronca - hoje Bairro Rio Branco - numa evidente demonstração de câmbio de referências.

Outro fator, este de ordem biológica, passava a influir na composição étnica do bairro: à medida que o fluxo imigrante português diminuía, até cessar por completo ao iniciar a Segunda Guerra Mundial, a presença de mulheres jovens já não encontrava mais no seu próprio grupo étnico a contrapartida masculina para promover a preservação física da comunidade. Assim, os casamentos inter-étnicos, aproximando lusos e ítalo-brasileiros, tornou-se comum. As mulheres, ao serem admitidas no grupo hegemônico, adquiriam sobrenome italiano e adotavam seu *modus vivendi*.

Num processo gradativo, mas irreversível, o Bairro Lusitano perdia sua identidade.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ADAMI, João Spadari, 1971 - *História de Caxias do Sul*, Caxias do Sul, Paulinas.
- ADAMI, João Spadari, s.d. - *Festas da Uva. 1881-1965*, Caxias do Sul, São Miguel.
- ANAIS DO IV CONGRESSO RURAL. Porto Alegre, Thurmann, 1930.
- ANAIS DO IX CONGRESSO RURAL. Porto Alegre, Globo, 1935.
- AZEVEDO, Thales de, 1975 - *Italianos e gauchos: os anos pioneiros da colonização italiana no Rio Grande do Sul*, Porto Alegre, A Nação/DAC/SEC.
- BANDEIRA, Moniz et al., 1980 - *O ano vermelho; a revolução russa e seus reflexos no Brasil*, 2. ed., São Paulo, Brasiliense.
- BRASIL, 1939-1940 - *Anuário Estatístico*, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, Departamento Nacional de Imigração, Ano V.
- CÂNDIDO FILHO, José, 1982 - *O movimento operário: o sindicato, o partido*. Petrópolis, Vozes.
- CARONE, Edgard, 1977 - *Revoluções do Brasil Contemporâneo (1922-1938)*, São Paulo, Difel.
- CARONE, Edgard, 1978 - *A República Velha I. Instituições e classes sociais*, 4. ed., São Paulo, Difel.
- CARONE, Edgard, 1979 - *Movimento operário no Brasil. (1877-1944)*, São Paulo, Difel.
- CARVALHO, Manoel Maria de, 1975 - *Relatório apresentado ao Império in "A colonização italiana no Rio Grande do Sul"*, dir. Olívio Manfroi, Porto Alegre, Grafosul/IEL/DAC/SEC.
- CAVAGNOLLI, A., 1989 - *Os parceiros do vinho: a vitivinicultura em Caxias do Sul (1911-1936)*, Universidade Federal do Paraná (Dissertação de Mestrado).
- CONSTITUIÇÃO POLÍTICA DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL. Pelotas e Porto Alegre, Echenique e Irmãos Editores, 1895.
- COSTA, R.; MARCON, I., 1989 - *Imigração italiana no Rio Grande do Sul: fontes históricas*, Porto Alegre, EST.
- DE BONI, Luiz A., COSTA, Rovílio, 1979 - *Os italianos no Rio Grande do Sul*, Porto Alegre, EST/UCS.
- DE DECCA, Edgar, 1981 - *1930: O silêncio dos vencidos*, São Paulo, Brasiliense.
- FAUSTO, Boris, 1977 - *Trabalho urbano e conflito social*, São Paulo, Difel.
- FONSECA, Pedro C. D., 1980 - *A reorientação da economia gaúcha na República Velha*, Porto Alegre, EdUFRGS.
- FONSECA, Pedro C. D., 1983 - *Economia e conflitos políticos na República Velha*. Porto Alegre, Mercado Aberto.
- FROZI, V.; MIORANZA, C., 1975 - *Imigração italiana no Nordeste do Rio Grande do Sul*, Porto Alegre, Movimento/ UCS/ISBIEP.

- FUNDAÇÃO DE ECONOMIA E ESTATÍSTICA. MUSEU DA COMUNICAÇÃO. HYPOLITO JOSÉ DA COSTA. *De Província de São Pedro a Estado do Rio Grande do Sul*. Porto Alegre, 1981.
- GIRON, Loraine S., 1975 - *O cooperativismo vinícola no Rio Grande do Sul (1873-1973)*, Caxias do Sul (manuscrito).
- GIRON, Loraine S., 1977 - *Caxias do Sul: evolução histórica*, Caxias do Sul, UCS/EST/Prefeitura Municipal.
- HARDMANN, Francisco Foot, 1983 - *Nem patria, nem patrão*, São Paulo, Brasiliense.
- HARNECKER, Marta, 1981 - *Os conceitos elementares do materialismo histórico*, São Paulo, Global.
- INSTITUTO SUPERIOR BRASILEIRO-ITALIANO DE ESTUDOS E PESQUISAS (ISBIEP) - *Imigração italiana: estudos I*, Caxias do Sul, UCS/EST, 1979.
- LACAVALA, 1983 - *Lusitanos na colônia italiana no Rio Grande do Sul*. "Jornal do Comércio", Porto Alegre, 6/12/1983 (encarte).
- LAZZAROTTO, Valentim, 1981 - *Pobres construtores de riqueza*, Caxias do Sul, EdDUCS, 1981.
- LINHARES, Hermínio, 1977 - *Contribuição à história das lutas operárias no Brasil*, São Paulo, Alfa-Omega.
- PÉBAYLE, Raymond, 1973 - *Os viticultores do Rio Grande do Sul*. "Boletim Geográfico do Rio Grande do Sul", Secretaria da Agricultura, n. 16 (jan-dez) 1973.
- PELLANDA, Ernesto, 1950 - *Aspectos gerais da colonização italiana no Rio Grande do Sul* in "Álbum comemorativo do 75º aniversário da colonização italiana no Rio Grande do Sul", Porto Alegre, Globo.
- PESAVENTO, Sandra J., 1980 - *História do Rio Grande do Sul*, Porto Alegre, Mercado Aberto.
- PESAVENTO, Sandra J., 1983 - *RS: Agropecuária colonial e industrialização. Capitalismo e pequena produção: a indústria vinícola riograndense*, Porto Alegre, Mercado Aberto.
- PETERSEN, Sílvia R. F., 1977 - *El proletariado urbano en Rio Grande do Sul: 1889-1919*, Universidade Nacional Autónoma de México, México - D.F. (Tese de Mestrado).
- PETERSEN, Sílvia R. F., 1979 - *As greves no Rio Grande do Sul* in "RS: Economia e Política", Porto Alegre, Mercado Aberto.
- PINHEIRO, Paulo Sérgio e HALL, Michael, 1981 - *A classe operária no Brasil. 1889-1930*, São Paulo, Brasiliense.
- ROCHE, Jean, 1969 - *A colonização alemã e o Rio Grande do Sul*, Porto Alegre, Globo.
- RODRIGUES, Edgar, 1969 - *Socialismo e sindicalismo no Brasil. 1675-1913*, Rio de Janeiro, Laemmert.
- RODRIGUES, José A., 1968 - *Sindicato e desenvolvimento no Brasil*, São Paulo, DIFEL.
- RODRIGUES, Leôncio M., 1966 - *Conflito industrial e sindicalismo no Brasil*, São Paulo, DIFEL.
- RODRIGUES, Leôncio M., 1968 - *Sindicalismo e sociedade*, São Paulo, DIFEL.
- RODRIGUES, Leôncio M., 1970 - *Industrialização e atitudes operárias*, São Paulo, Brasiliense.
- RODRIGUES, Leôncio M., 1974 - *Trabalhadores, sindicato e industrialização*, São Paulo, Brasiliense.
- SANTOS, José V. T. dos, 1978 - *Colonos do vinho*, São Paulo, Hucitec.
- SANTOS, José V. T. dos, 1980 - *Cantineiros e colonos: a indústria do vinho no Rio Grande do Sul* in "RS: Imigração e colonização", Porto Alegre, Mercado Aberto.
- SECRETARIA DA INDÚSTRIA E COMÉRCIO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL/C.E.D.I.C. UVA. Porto Alegre, 1974.
- SIMÃO, Azis, 1966 - *Sindicato e estado*, São Paulo, Dominus/EDUSP.
- SINDICATO DOS TRABALHADORES NA INDÚSTRIA DA CONSTRUÇÃO E DO MÓBILIÁRIO DE CAXIAS DO SUL. Livros de Atas.
- SINGER, Paul, 1977 - *Desenvolvimento econômico e evolução urbana*, São Paulo, Nacional.
- VIOLA, Solon Annes, 1983 - *Considerações sobre o movimento operário no início da década de 1920*, Porto Alegre, UFRGS, Curso de Especialização em História (mimeografado).
- WOODCOCK, George, org., 1981 - *Os grandes escritos anarquistas*, 2. Ed., Porto Alegre, L e PM.

OUTRAS FONTES IMPRESSAS:

- BRASIL, 0. Caxias do Sul, 1911-1924.
- CAXIAS. Caxias do Sul, 1927-1933.
- CITTÀ DI CAXIAS. Caxias do Sul, 07 set. 1922.
- CORREIO DO POVO. Porto Alegre, 1917-1930.
- GIORNALE DEL' AGRICOLTORE, IL. Caxias do Sul, 07 out. 1937.
- JORNAL, 0. Caxias do Sul, 30 out. 1932.
- JORNAL DO COMÉRCIO. Porto Alegre, 06 dez. 1983.
- MOMENTO, 0. Caxias do Sul, 1934.

POPULAR, O. Caxias do Sul, 12 mar. 1927.

REGIONAL, O. Caxias do Sul, 06 fev. 1928.

RESISTÊNCIA, A. Caxias do Sul, 09 nov. 1922.